

CONTRATO Nº 006/2025Livro nº Registro 64Fls.: -

Processo nº.: 02.25.911

14 / 04 / 2025 Hfauts

Contratação de empresa para execução de serviços auxiliares por 01 (um) Adolescente Trabalhador, em formação pessoal e profissional, que celebram a PBH ATIVO S/A e Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte - ASSPROM.

A PBH ATIVOS S.A., sociedade de economia mista, com sede na Rua Espírito Santo nº 605 - 10º andar - Centro - Belo Horizonte/ MG - CEP: 30.160-919, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor-Presidente Leonardo Maurício Colombini Lima, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 065.276.716-87, e por sua Diretora-Executiva, Roberta Hygino Roletti Zimmer, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº: 013.290.856-55, doravante denominada CONTRATANTE e **ASSOCIAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO MENOR DE BELO HORIZONTE - ASSPROM**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 19.201.128/0002-22, estabelecida à rua dos Guajajaras nº 43, bairro Boa Viagem, Belo Horizonte-Minas Gerais, CEP: 30.180-103 representada por seu Presidente, José Edgard Penna Amorim Pereira, Registro Profissional: 36.949/OAB – MG, Diretor-Financeiro, Carlos Augusto de Araujo Cateb, Registro Profissional: 10.616/OAB – MG, assistidos pela Superintendente de Educação para o Trabalho, Rosânia Alves Teles, CPF: XXX.830.XXX-72, neste ato denominada CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO, decorrente do Procedimento de contratação direta - Inexigibilidade 011/2025, processo administrativo nº 02.25.911, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS DEFINIÇÕES

1.1. Os termos abaixo, grafados em caixa alta, quando utilizados no presente Contrato, terão os significados abaixo descritos, tanto quando utilizados no singular, quanto no plural:

- I. **CONTRATADA**: a vencedora do procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, na condição de signatária do presente **CONTRATO**;
- II. **CONTRATANTE**: PBH ATIVOS, na condição de signatária do **CONTRATO**;
- III. **CONTRATO**: presente contrato de prestação dos **SERVIÇOS**, celebrado entre a PBH ATIVOS e o vencedor do procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, incluindo todos os seus anexos;
- IV. **TR**: Termo de referência referente ao procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, incluindo todos os seus anexos;
- V. **CONTRATAÇÃO DIRETA**: procedimento administrativo vinculado às hipóteses contidas nos arts. 28, §3º, 29 e 30 da Lei Federal nº 13.303/2016, no qual a PBH Ativos poderá, ou deverá dispensar a realização de licitação.

VI. PARTICIPANTE: pessoa jurídica que participe do procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, conforme condições estabelecidas no TR/CONTRATO e na legislação aplicável;

VII INEXIGIBILIDADE: Procedimento realizado na modalidade CONTRATAÇÃO DIRETA, referente a este processo, que resultou no presente CONTRATO;

SERVIÇOS: denomina os serviços que compõem o objeto da CONTRATAÇÃO DIRETA, conforme especificações do TR, bem como da Proposta apresentada pelo PARTICIPANTE.

VIII. AT-ADOLESCENTE TRABALHADOR - Jovem em formação pessoal e profissional, admitido e registrado pela CONTRATADA, pelo regime da CLT, obedecidos os critérios estabelecidos no Estatuto da ASSPROM e normas que visam a orientação profissionalizante educacional.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DOS ANEXOS

2.1. Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços para a execução de atividades auxiliares por 01 (um) Adolescente Trabalhador (a)-AT, em formação pessoal e profissional, admitido e registrado pela CONTRATADA, pelo regime da CLT, obedecidos os critérios estabelecidos no Estatuto da ASSPROM e normas que visam a orientação profissionalizante educacional, para as funções descritas no detalhamento do objeto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O (a) Adolescente Trabalhador(a)- AT, é o adolescente/jovem proveniente de família de baixa renda, selecionado e admitido pela CONTRATADA, obedecidos os critérios estabelecidos no Estatuto da ASSPROM e normas que visam a orientação e formação profissionalizante e sua inserção no mercado de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em determinadas situações e por prazo limitado, a formação prevista nesta cláusula poderá ser completada por jovem trabalhador que, ao completar 18 anos, participava dos programas de formação e profissionalização da CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As condições de trabalho a que os adolescentes assistidos estarão submetidos, serão estabelecidas de acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, capítulo V. Artigo 67 (Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990), e demais dispositivos legais e regulamentares que regem o trabalho do menor quais sejam: Decreto nº 6481/2008 expedido pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e do Emprego- TEM.

2.1.1. Integram o presente CONTRATO, para todos os fins de direito:

- I. Anexo I: Planilha de Estimativa de custo;
- II. Anexo II: Custo de formação do AT
- III. Anexo III: Acordo para Tratamento de Dados Pessoais
- IV. Anexo IV: TR independentemente de transcrição.

2.1.2. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados no *caput* e as deste CONTRATO, prevalecerão as regras contidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

3.1. Este CONTRATO é regido pelas suas disposições, incluindo seus anexos e pelas seguintes normas, incluindo suas alterações: Lei Municipal nº 15.113/2013; Leis Federais nºs.: 12.846/2013, 10.406/2002 e nº 13.303/2016, Instrução Normativa PBH ATIVOS nº 005/2024, que instituiu o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH ATIVOS, e ainda, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelos preceitos de direito privado.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência deste CONTRATO é de 12 (doze) meses, contados, de 07/07/2025, podendo ser prorrogado nos termos da lei, em especial dos artigos 71, 72 e 81 da Lei Federal 13.303/2016.

4.2. A prorrogação a que se refere o subitem anterior será realizada mediante termo aditivo.

4.3. Ocorrendo prorrogação, serão mantidas as condições do CONTRATO inicial e observada a legislação em vigor.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. O prazo da execução dos serviços pela CONTRATADA terá início a partir da assinatura deste CONTRATO, e seu recebimento pela CONTRATANTE se dará na forma prevista no art. 121 do RILC da PBH Ativos (IN 005/2024), sendo:

I. **Provisoriamente**, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação da conformidade com o especificado no TR e anexos, contrato e anexos:

II. **Definitivamente, pelo gestor do contrato**, no caso de a execução do serviço estar de acordo com o especificado no TR e anexos, contrato e anexos.

III. Uma vez verificado a conformidade do objeto contratual com as exigências do CONTRATO será realizado o recebimento definitivo pelo gestor do CONTRATO, com a lavratura do termo de recebimento definitivo, se couber, após o qual a CONTRATADA será comunicada pelo fiscal do contrato, para a emissão da respectiva Nota Fiscal de Serviço.

5.2. Caso seja constatada a desconformidade do SERVIÇO com as especificações do CONTRATO, a CONTRATADA deverá corrigir a irregularidade dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus para esta e sem prejuízo das sanções aplicáveis.

5.3. O recebimento deverá ser realizado dentro do prazo de vigência do contrato, no prazo de até 4 (quatro) dias para o recebimento provisório e até 04 (quatro) dias para o recebimento definitivo, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados no processo de contratação.

5.4. O recebimento definitivo do objeto constitui condição indispensável para o pagamento do preço ajustado, sendo excepcionalmente admitida a antecipação do valor a ser pago quando expressamente prevista no processo de contratação, na forma do art. 128 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

5.5. O fiscal do contrato deverá rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o TR e anexos e o contrato e anexos, devendo o gestor do contrato tomar as medidas cabíveis quanto à aplicação de penalidade à Contratada, subsidiado pelas informações fornecidas pelo fiscal do contrato, nos termos do Decreto Municipal nº 18.324, de 18 de maio de 2023.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia e qualidade dos SERVIÇOS.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

6.1. Pela execução do objeto do presente CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global estimado de R\$ 43.183,13 (quarenta e três mil, cento e oitenta e três reais e treze centavos), para o período de vigência contratado, conforme estimativa de custos, Anexo I deste contrato.

A CONTRATANTE pagará, mensalmente, a CONTRATADA a importância correspondente a um salário calculado nos termos do item 9.1.2 deste Contrato, para cada AT em atividade, acrescida de 92,43% (noventa e dois vírgula quarenta e três por cento) sobre o salário, a título de encargos sociais, previdenciários, educacionais e mais: 10% (dez por cento) sobre o salário mínimo integral, a título de taxa de uniforme, e 12% (doze por cento) sobre somatório do salário mínimo integral + encargos sobre o salário mínimo integral+ uniforme.

A CONTRATANTE pagará, mensalmente, a SEGUNDA CONVENIENTE, mediante a apresentação do Mapa de Compra, o valor para aquisição dos vales-transportes, de acordo com as necessidades de cada AT, relacionado ao deslocamento residência/trabalho/residência, observando as disposições legais vigentes.

6.2. Estão consideradas no preço previsto no *caput* todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. A CONTRATANTE pagará, a cada mês, um valor predeterminado, independentemente da ocorrência dos seguintes eventos trabalhistas: férias, 13º salário, rescisões contratuais.

6.3.1 O valor aqui referido será composto das seguintes parcelas:

- a) Salário do AT, igual a um salário mínimo calculado de acordo com o disposto no item 9.1.2
- b) Encargos Sociais, Trabalhistas, Previdenciários e Educacionais – 92,43% sobre o salário;
- c) Taxa de Uniforme - 10% sobre o salário mínimo integral;
- d) Comissão de Administração -12% sobre o somatório do salário mínimo integral + encargos sobre o salário mínimo integral+ uniforme.
- e) As taxas de Uniforme e Administração não terão dedução de ocorrências do adolescente, e a base de cálculo será o salário mínimo atual.
- f) Vale-Transporte - calculado, individualmente, nos termos da lei em vigor;

6.3.2. Ainda em relação a este sistema, é necessário ressaltar:

a) Em períodos de relativa estabilidade salarial, quando da efetivação dos eventos apontados (férias, 13º salário, devolução/demissão do AT) não haverá ônus adicionais para a CONTRATANTE;

b) Em havendo substituição, quando das férias do AT titular, a CONTRATANTE pagará os dias efetivamente trabalhados pelo substituto, repouso semanal remunerado incluso, de acordo com o estabelecido no convênio (salário, encargos, despesas de uniforme, comissão de administração, vale transporte). Estando em férias, não há cobrança em relação ao titular;

c) Em situações que não caracterizarem falta grave (artigo 482, da CLT), quando da devolução do AT, é assegurado à CONTRATADA o prazo de até 03 (três) dias úteis para a substituição, permanecendo o AT à disposição e às expensas da CONTRATANTE, neste período;

d) Em situações em que a CONTRATANTE adotar o sistema de ponto eletrônico, como apurador de frequência do AT, o custo do cartão magnético será repassado à CONTRATANTE, em sua emissão. Em caso de extravio ou inutilização do cartão o custo adicional será descontado do salário do AT.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento deverá ser realizado mensalmente, pela Gerência Financeira mediante as Notas Fiscais emitidas pela ASSPROM.

7.2. O pagamento à CONTRATADA será realizado por meio de depósito bancário e/ou boleto bancário.

7.3. Os documentos fiscais deverão ser atestados mensalmente pelo fiscal do contrato, previamente designado pelo CONTRATANTE, por publicação no DOM (Diário Oficial do Município)

7.4. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal/fatura conforme legislação vigente.

7.5. A CONTRATADA apresentará, até o dia 26 (vinte e seis) do mês da execução dos serviços, a nota fiscal/fatura referente às atividades realizadas durante o mês em curso, conforme previsto no Anexos I a qual, após aprovada pela CONTRATANTE, será quitada até o 6º (sexto) dia do mês seguinte.

7.6. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

7.7. Em caso de não liquidação da fatura no seu vencimento, a CONTRATANTE pagará juros de 12% (doze por cento) a.a., pro-rata dia, atualização monetária, de acordo com o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas e multa de 2,0 % (dois por cento).

7.8. A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE os comprovantes de recolhimentos previdenciários e do FGTS, relativos ao mês anterior à prestação dos serviços, do ADOLESCENTE TRABALHADOR que estiver prestando serviço a esta.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECURSO FINANCEIRO

8.1. O custo deste CONTRATO ocorrerá por disponibilidade financeira da CONTRATANTE, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.

CLÁUSULA NONA – DO SALÁRIO/REAJUSTE E BENEFÍCIOS

9.1. O AT- Adolescente Trabalhador perceberá o salário mínimo/hora vigente, proporcional à jornada prevista no Anexo I (6 horas). O valor é apresentado no Sistema Duodécimo, onde é previsto os custos relativos a férias, 13º salário, rescisões de contrato de trabalho, devolução do adolescente trabalhador e serviços de Medicina do Trabalho;

9.1.1. A CONTRATANTE pagará, quando dos eventos ou por ocasião da rescisão do contrato ou substituição do AT, as importâncias referentes à diferença de férias e 13º salário, decorrentes de reajustes do salário mínimo.

9.1.2. O total de horas mensais, com base na jornada diária mencionada no item 9.1., será de 180 (cento e oitenta).

9.2. A estimativa de vales transportes e vales refeição está demonstrada no Anexo I que integra este contrato.

9.2.1 Nos casos em que as linhas de ônibus utilizadas pelo adolescente possibilitarem a adoção da utilização da "meia tarifa" através da Integração, o limite diário para a concessão de vale transporte será de 4 (quatro) vales diários.

9.2.2 A CONTRATADA encaminhará à Gerência Administrativa do CONTRATANTE a cópia da declaração referente a vale transporte assinado pelo empregado mediante admissão ou pedido de alteração.

9.2.2.1 Após a conferência, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor devido, deduzida a parcela de contribuição do empregado, na forma da lei.

9.3 Ao ADOLESCENTE TRABALHADOR será fornecido pela CONTRATADA o vale refeição no valor de R\$16,56 (dezesesseis reais e cinquenta e seis centavos), por dia trabalhado.

9.4 Este Contrato será reajustado toda vez que houver alteração do valor do salário mínimo e tarifas de transporte público, ou modificação na legislação em vigor, por dissídio coletivo de classe e/ou por mútua conveniência das partes.

9.4.1. Os reajustes poderão ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

9.4.2. A PBH Ativos poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

9.5. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I - A partir da assinatura da apostila/termo aditivo;

II - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações futuras ou;

III - Em data anterior à repactuação do CONTRATO, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

9.6. No caso previsto no inciso III, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

CONTRATO 006/2025

Página 6 de 26

Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – CEP: 30.160-919 – Belo Horizonte/MG

+55 31| 3246.7044

contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79

10.1. As atividades principais do adolescente são assim descritas:

- Recolher e entregar documentos diversos internamente e externamente;
- Colaborar nos serviços de tiragem de cópias, bem como digitalização;
- Colaborar com o serviço de protocolo;
- Colaborar no arquivamento de documentos em geral;
- Demais atividades de rotina, de caráter administrativo, indicada pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as disposições previstas neste contrato, no Termo de Referência, na legislação vigente, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

- I. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixado no Anexo I do Termo de Referência.
- II. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no TR, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016.
- III. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a CONTRATANTE, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação de licitação.
- IV. Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas.
- V. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados.
- VI. manter uma Central de Atendimento e esta deverá ficar disponível nos horários de funcionamento da CONTRATANTE;
- VII. alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.
- VIII. pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do CONTRATO, podendo a CONTRATANTE, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade.
- IX. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- X. Informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do CONTRATO, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão e a mitigação de seus impactos.

11.2. Recrutar, selecionar e realizar o curso preparatório para a inserção do AT no mercado de trabalho, conforme critérios estabelecidos no Estatuto da Entidade.

11.3. Manter o AT em permanente formação por meio de cursos profissionalizantes, bem como sua formação pessoal com atividades de esportes, lazer, cultura, meio ambiente e saúde.

11.4. Encaminhar o AT para os locais destinados para a execução das atividades de trabalho devidamente uniformizado e orientado quanto ao cumprimento das normas e regimentos internos da CONTRATANTE.

11.4.1. O horário de trabalho, no cumprimento da jornada de 6 horas diárias, de segunda a sexta-feira, deverá ser fixado previamente e por escrito, de comum acordo com a CONTRATANTE, será executado entre 07(sete) e 18(dezoito) horas, considerando-se a necessidade do AT, frequentar o ano escolar.

11.5. Ao se apresentar à CONTRATANTE, o AT deverá apresentar a sua CTPS, devidamente anotada pela CONTRATADA, em conformidade com a lei, que se obriga a mantê-la atualizada.

11.6. O uniforme deverá ser fornecido ao ADOLESCENTE TRABALHADOR a contar da data de admissão do mesmo, na sede da CONTRATADA, conforme valores previstos no Anexo I que acompanha este Contrato.

11.7. Acompanhar e orientar o AT em suas atividades profissionais, inclusive através de visitas à CONTRATANTE.

11.8. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.

11.9. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pela CONTRATANTE quanto à prestação do serviço.

11.10. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste Contrato.

11.11. É de responsabilidade da CONTRATADA a solução de todo e qualquer problema, no âmbito de suas responsabilidades, inclusive quanto aos seus funcionários, ou terceiros a seu serviço, surgidos no decorrer do CONTRATO, mesmo que haja necessidade de uso de solução não prevista, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

11.12. A CONTRATADA deverá atender, durante a vigência contratual, de forma imediata, respeitando-se o objeto pactuado e suas legislações vinculadas, toda e qualquer solicitação da CONTRATANTE decorrente de reformulação, correção ou adequação do serviço que se fizerem necessárias.

11.13. A CONTRATANTE poderá solicitar reunião a qualquer momento, na forma presencial, na sede da CONTRATANTE, visando a apresentação de relatórios e definir ações corretivas e ajustes que se fizerem necessários ao bom cumprimento do CONTRATO.

11.14. A CONTRATADA deverá indicar, formalmente, um de seus funcionários para atuar como Gestor do CONTRATO junto a CONTRATANTE. Este gestor será o responsável por toda relação contratual com a CONTRATANTE, apresentar relatórios e participar de reuniões com a CONTRATANTE.

11.15. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre o serviço ou qualquer informação, operação, documento, comunicação, equipamento ou material da CONTRATANTE da qual venha a ter acesso durante a execução do serviço.

11.16. A CONTRATADA deverá indicar PREPOSTOS com a devida qualificação e em número compatível com as especificações dos SERVIÇOS, devendo:

- I. Antes do início da execução do CONTRATO, a CONTRATADA deverá indicar o PREPOSTO que será o Representante da CONTRATADA no âmbito do CONTRATO, o qual deverá possuir capacitação e os poderes necessários para:
 - a) Garantir a regularidade do vínculo existente entre si e seus PREPOSTOS durante toda a vigência do CONTRATO;
 - b) Realizar a interlocução com a CONTRATANTE, incluindo o fornecimento das informações necessária à regular prestação dos serviços, e aquelas solicitadas pela CONTRATANTE;
 - c) Participar das reuniões;
 - d) Dirimir eventuais dúvidas ou questões que necessitem de correção;
- II. Garantir a observância das disposições do CONTRATO e da legislação vigente pelos PREPOSTOS, obrigando-se a manter a CONTRATANTE indene com relação a eventuais prejuízos causados pelos PREPOSTOS à PBH ATIVOS ou a terceiros;
- III. Notificar a CONTRATANTE, previamente, em caso de substituição de PREPOSTOS, resguardando para que a substituição não comprometa a qualidade e a continuidade dos SERVIÇOS, bem como para que os novos PREPOSTOS atendam ao disposto no CONTRATO;
- IV. Substituir os PREPOSTOS, caso eventualmente requerido pela CONTRATANTE de forma motivada;
- V. Garantir que os PREPOSTOS, incluindo aqueles que venham a ser substituídos, observem os deveres legais e contratuais de sigilo, inclusive após o fim de vigência do CONTRATO;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Disponibilizar vaga para que o adolescente exerça suas atividades compatíveis com as condições físicas e intelectuais de uma pessoa em formação.

12.2. Proporcionar condições adequadas de trabalho e do ambiente, observando as normas e regulamentos de proteção ao trabalho do menor.

12.3. Designar uma pessoa que acompanhará o AT no desenvolvimento de suas atividades nas instalações da CONTRATANTE

12.4. Participar do processo de formação profissional do AT, orientando e estimulando a aquisição de novos conhecimentos.

12.5. Disponibilizar o AT para participar de atividades de diversas naturezas elaboradas pela CONTRATADA, que visam o aperfeiçoamento técnico e humano, sem prejuízo de suas atividades de trabalho.

12.6. Apurar e enviar até o dia 10 (dez) de cada mês, o Atestado de Frequência do Adolescente Trabalhador à disposição, relativo ao mês anterior.

12.7. Convocar a qualquer tempo, a presença do Técnico de Acompanhamento da **CONTRATADA** para solução de questões envolvendo o AT, podendo, inclusive, ocorrer sua substituição.

12.8. Prestar todas as informações necessárias com clareza à **CONTRATADA** para a execução dos serviços contratados.

12.9. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

12.10. Requisitar, motivadamente, por escrito, a substituição do AT colocado à sua disposição, solicitando a substituição do mesmo, que deverá ser atendida pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

12.11. Deliberar sobre os casos omissos e não previstos, observadas as disposições da Lei Federal n.º 13.303/2016 e/ou mediante acordo entre as partes.

12.12. Designar um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO.

12.13. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela **CONTRATADA**.

12.14. Permitir e acompanhar o acesso dos funcionários da **CONTRATADA** às suas dependências, para execução dos serviços referentes ao objeto, sempre que necessário.

12.15. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da **CONTRATADA**, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos empregados.

12.16. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nos termos estabelecidos neste Instrumento, após o recebimento definitivo dos serviços.

12.17. Comunicar à **CONTRATADA** todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços.

12.18. Notificar, por escrito, a **CONTRATADA** acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa.

12.19. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário.

12.20. Resguardar, sob as penas da lei, sigilo sobre quaisquer dados pessoais, informações, documentos da contratada, que venham a ter conhecimento em razão do contrato consoante disposições da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CESSÃO DO CONTRATO, DE SUAS OBRIGAÇÕES E DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a CONTRATANTE por Terceiros.

CONTRATO 006/2025

Página 10 de 26

Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – CEP: 30.160-919 – Belo Horizonte/MG

+55 31| 3246.7044

contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79

13.2. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos neste CONTRATO.

13.3. A CONTRATADA não poderá:

- I. Subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo CONTRATANTE, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da CONTRATADA;
- II. Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DO SIGILO

14.1. Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes da CONTRATADA, e respondendo, em caso de descumprimento, na forma da Lei Federal nº 12.527/2011 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA CONDUTA E INTEGRIDADE

15.1. A partes, na execução do objeto deste CONTRATO, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta e Integridade da PBH ATIVOS, veiculado por meio da Instrução Normativa nº 007/2023 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBH ATIVOS - <https://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/documentos-relacionados/>, comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

- I - recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;
- II - tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;
- III - oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;
- IV - preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;
- V - abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma estritamente profissional;

- VI - rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da CONTRATANTE e;
- VII - promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela CONTRATANTE serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN-007/2023-Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS e IN-008/2022-Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS.

16.2. A CONTRATADA deverá observar o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução do CONTRATO. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

- I - “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do CONTRATO;
- II - “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um CONTRATO em detrimento do CONTRATANTE;
- III - “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;
- IV - “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um CONTRATO;
- V - “prática obstrutiva” significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

16.3. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no RILC da PBH ATIVOS e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. A prática de atos ilícitos e o descumprimento total ou parcial das obrigações constantes deste contrato, do TR e seus anexos ou da proposta comercial, implicarão nas seguintes sanções administrativas:

- I. Advertência;
- II. Multa, na forma prevista neste contrato;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos S.A.

18.2. DA ADVERTÊNCIA

18.2.1. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal ao licitante/contratado, advertindo-lhe sobre descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

18.3. DA MULTA

18.3.1. A sanção de multa terá natureza moratória ou compensatória e poderá ser aplicada cumulativamente ou não, ao licitante ou contratado pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas previstas neste contrato.

I. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

II. A multa compensatória será de 3% (três por cento) sobre o valor de referência do TR e anexos ou da proposta e/ou do contrato a ser celebrado ao licitante ou contratada que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo de execução dos serviços e/ou fornecimento, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos (IN 008/2023), demais legislações aplicáveis;

b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Contratante, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;

d) não devolver, no prazo de 10 (dez) dias contados de notificação, eventuais valores pagos indevidamente pela Contratante;

e) permitir ou tolerar no cumprimento do serviço e/ou fornecimento, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

- f) descumprir preceito normativo pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- g) não apresentar documentos e informações requeridos pela Contratante, que sejam devidos na forma do TR e anexos, bem como deste contrato.

III. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

IV. Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão de cometimento das infrações administrativas previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022.

18.3.2. A aplicação de multa não impede que a PBH Ativos rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas.

18.3.3. As multas serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

18.3.4. A multa aplicada será descontada dos valores devidos pela PBH Ativos à Contratada e, esgotados estes, a multa será descontada da eventual garantia prestada pela Contratante.

18.3.5. Se a multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela PBH Ativos ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

18.3.6. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do fornecimento, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela autoridade competente para contratação.

18.4. Da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.

18.4.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a PBH ATIVOS, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no CONTRATO e das demais cominações legais.

18.5. Dos procedimentos

18.5.1. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, que será contado da data de juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação ou da comprovação de recebimento através de mensagem eletrônica.

18.5.2. Cabe ao notificado a comprovação dos fatos alegados em sua defesa, podendo empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, para provar a verdade dos fatos em que se funda sua alegação, pedido de defesa e que possam influir eficazmente

na convicção da autoridade competente para decidir, conforme dispõe o art. 165 e seguintes do RILC (Instrução Normativa nº 005/2024).

18.5.3. A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato possibilita a aplicação da sanção de suspensão temporária e de impedimento de licitar e contratar.

18.5.4. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no sítio eletrônico da PBH Ativos e Diário Oficial do Município.

18.5.5. Durante a fase de execução do contrato, caberá à Diretoria Executiva:

I. Julgar as defesas prévias;

II. Receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor-Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

18.5.6. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada do dever de plena execução do objeto contratado.

18.5.7. A aplicação de sanções administrativas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à PBH Ativos.

18.5.8. Decorrido o prazo recursal sem qualquer manifestação da apenada ou verificada a coisa julgada administrativa, terá início a execução da sanção imposta e dos registros.

18.5.9. As penalidades aplicadas deverão ser registradas no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, consoante art. 37 da Lei Federal nº 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

19.1. O CONTRATO poderá ser extinto:

I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

II. pelo término do seu prazo de vigência;

III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;

IV. em função da resolução contratual pela CONTRATANTE, conforme disposto neste CONTRATO.

V - Este Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, através de comunicação escrita, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias, sem que deste ato decorra qualquer multa.

VI - O não cumprimento do prazo estabelecido no item V implicará na cobrança, por AT, do estabelecido na Cláusula Sexta, com exclusão da taxa de uniforme. A violação, pela

CONTRATANTE, de qualquer dispositivo legal previsto na legislação, principalmente aqueles que disciplinam o trabalho do menor, permitirá à CONTRATADA a imediata remoção dos AT, com a rescisão unilateral do CONTRATO, sem que deste ato resulte quaisquer ônus financeiros para a CONTRATADA.

VII - Em situação de inadimplência, mantidos os ônus referentes a não liquidação das faturas no vencimento, estabelecidos no Item 7.7, da Cláusula Sétima, a CONTRATADA é garantido o- direito de rescindir o CONTRATO, sem a observância do prazo fixado no item V.

A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente, por justa causa, o presente CONTRATO, sem que seja devida qualquer multa, penalidade ou indenização em favor da CONTRATADA, nos seguintes casos:

- I. inexecução total ou parcial do CONTRATO, pela CONTRATADA;
- II. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais pela CONTRATADA, incluindo, dentre outras hipóteses:

- a) atrasos injustificados;
- b) subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial dos direitos e deveres dele decorrentes, sem o prévio e expresso consentimento prévio da PBH ATIVOS;
- c) fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- d) desatendimento das determinações do gestor ou do fiscal do CONTRATO exaradas em consonância com o CONTRATO;
- e) cometimento reiterado de faltas na execução do CONTRATO.
- f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADA;
- h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do CONTRATO;
- i) razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno;
- j) ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;
- k) não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado, ou falta de complementação do valor no caso de execução do valor ou de insuficiência, independente do motivo;
- l) descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

m) perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

n) nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2.1. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

19.2.2. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarretará as seguintes consequências:

I. execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CONTRATANTE, caso haja;

II. retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, na hipótese de insuficiência da garantia contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

20.1. A PBH Ativos se obriga a dar ciência prévia aos funcionários, colaboradores e outras pessoas vinculadas à CONTRATADA quando fizer o tratamento de seus dados pessoais para fins de execução contratual, nos termos do art. 6º. I, da Lei Federal nº 13.709/2018.

20.2. A CONTRATADA obriga-se a manter sigilo e a tratar como confidencial todo e qualquer documento, dado ou informação, obtido ou a que tenha acesso, de forma oral ou escrita, em função da celebração e da execução do CONTRATO.

20.3. A CONTRATADA obriga-se por si, por seus PREPOSTOS e eventuais sucessores.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A CONTRATADA deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei nº 13.303/2016.

21.2 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016.

21.3. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

21.4 A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o presente CONTRATO para qualquer operação financeira.

21.5. A CONTRATADA fica ciente de que a CONTRATANTE disponibilizará na internet, para acesso público, cópia do presente instrumento, contendo dados pessoais como nome completo e Registro Profissional - OAB dos representantes da CONTRATADA, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO

22.1. A publicação do extrato do presente CONTRATO no “Diário Oficial Municipal” correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DO FORO

23.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.

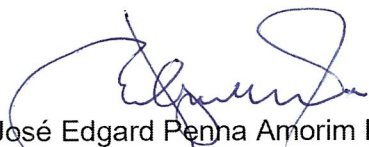
Belo Horizonte, 04 de julho de 2025



Leonardo Maurício Colombini Lima
DIRETOR-PRESIDENTE
PBH ATIVOS S/A



Roberta H Roletti
DIRETORA-EXECUTIVA
PBH ATIVOS S/A



José Edgard Penna Amorim Pereira
PRESIDENTE
ASSPROM



Carlos Augusto de Araújo Cateb
DIRETOR-FINANCEIRO
ASSPROM




Rosânia Alves Teles
SUPERINTENDENTE DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO
ASSPROM

TESTEMUNHAS:

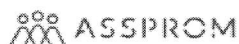
1) 

Nome: THIAGO AUGUSTO SANTOS MAGNONI
CPF: 096.856.416-09

2) 

Nome: Selenie Paula de Silva
CPF: 108.289.926-61

ANEXO I-PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTO



ESTIMATIVA DE CUSTO

À
PBH ATIVOS S.A.
A/C.: Helena Santos

Segue, abaixo, custo para a formação pessoal e profissional por meio do trabalho de 01 (um) Adolescentes Trabalhadores assistidos, a serem admitidos e registrados pela ASSPROM, fundamentada nos termos da legislação trabalhista. A formação e capacitação profissional dos Adolescentes Trabalhadores se darão nas dependências da PBH ATIVOS S.A. e da ASSPROM ou em locais determinados por ambas. Carga horária - 06 horas/dia.

Base salarial: Decreto nº 12.342 de 30 de dezembro de 2024 (R\$1.518,00).

Nº DE ADOLESCENTE TRABALHADOR	SALÁRIO BRUTO	Valores em reais					TOTAL
		ENCARGOS SOCIAIS	TAXA DE UNIFORME	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	VALE TRANSPORTE	TICKET REFEIÇÃO	
		92,42%	10%	12%			
01	1.543,00	1.427,98	251,80	305,01	387,48	364,32	3.598,59
Estimativa custo 12/dia/mês							43.182,12
01	1.543,00	1.427,98	251,80	305,01	387,48	364,32	3.598,59
Estimativa custo 12/dia/mês							43.182,12

Vale Transporte/01 AT:

5,25 x 4 x 22 = 462,00 = 5,00% = 387,48

Obs: 6% do salário AT já deduzido no valor considerado acima.

Obs: O valor do vale transporte está sujeito a alterações, conforme legislação.

Valor VT: PORTARIA SUMOB Nº 074/2023

Ticket Refeição/01 AT:

22,00 x 16,56 = 364,32

a) O valor do salário do adolescente está vinculado ao salário mínimo de R\$1.518,00, fixado de acordo com o Decreto nº 12.342 de 30 de Dezembro de 2024 (R\$1.518,00). Esse valor será reajustado toda vez que houver alteração no valor do salário mínimo.

bi) O valor é apresentado no Sistema Duodécimo, onde é previsto os custos relativos a férias, 13º salário, rescisões de contrato de trabalho, devolução do adolescente trabalhador e serviços de Medicina do Trabalho;

c) A estimativa é de 4 VT diários x R\$9,25 x 22 dias, podendo variar para mais ou para menos conforme local de moradia dos adolescentes. Esse valor será reajustado toda vez que houver alterações nos preços oficiais do transporte público.

Belo Horizonte, 04 de junho de 2025.

Stefanie Paula
Divisão de Contratos/Convênios

Rua dos Coqueiros, nº 41 - Bairro São Vitor
CEP: 30190-102 - Belo Horizonte/MG
(31) 3246-1000
comunicação@pbhativos.org.br



www.assprom.org.br
asspromoficial
asspromoficial
asspromoficial

Anexo II - Custo de Formação do AT

Jornada de 06(seis) horas/dia		
I	Salário bruto	R\$ 1.242,00
I	Encargos Sociais, Trabalhistas, Previdenciários e Educacionais (92,43% sobre o salário).	R\$ 1.147,98
I	Taxa de uniforme (10% sobre o salário mínimo integral)	R\$ 151,80
I		
I	Comissão de administração (12% sobre somatório do salário mínimo integral + encargos sobre o salário mínimo integral+ uniforme)	R\$ 305,01
V	TOTAL	R\$2.846,79

OBSERVAÇÕES:

- 1) O fornecimento de Vale-Transporte é obrigatório de acordo com as disposições legais. Será administrado pela CONTRATADA.
- 2) Qualquer programa adicional (vale-refeição, por exemplo) será administrado gratuitamente pela CONTRATADA.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Anexo III - ACORDO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Considerando que:

As Partes tratarão os dados pessoais das pessoas ("titulares dos dados") incluídas na execução do Convênio/Contrato, com o único objetivo de executá-lo e cumprir as obrigações legais exigidas para cada uma delas. A este respeito, as Partes, na qualidade de agentes de tratamento, comprometem-se a cumprir a legislação aplicável em vigor, incluindo, entre outras, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018, a "LGPD") e quaisquer outras leis e normas aplicáveis, conforme editadas, alteradas e atualizadas no Brasil.

Os dados pessoais serão guardados durante o período de execução do Convênio/Contrato e após seu término, durante o período estritamente necessário para atingir a finalidade em relação ao tratamento, na hipótese de término do presente Convênio/Contrato e, ausente qualquer base legal para tratamento dos Dados Pessoais prevista na LGPD, as Partes comprometem-se a eliminar de seus registros e sistemas todos os Dados Pessoais a que tiverem acesso ou que porventura venham a conhecer ou ter ciência em decorrência das obrigações previstas no Convênio/Contrato, sendo que os dados pessoais anonimizados, sem possibilidade de associação ao (à) Titular, poderão ser mantidos por período indefinido, responsabilizando-se por qualquer dano causado à outra Parte ou a qualquer terceiro.

As Partes aceitam que a execução do Convênio/Contrato requer que a CONTRATADA possa acessar e tratar dados pessoais em nome da CONTRATANTE. Relativamente a estas utilizações específicas e permitidas de dados pessoais, as Partes aceitam que a CONTRATADA atuará como Controladora dos dados pessoais e a CONTRATANTE como Operadora de dados pessoais, em conformidade com a LGPD e quaisquer outras leis e normas aplicáveis, conforme editadas, alteradas e atualizadas no Brasil, doravante referida como LGPD, e com as disposições estabelecidas no presente instrumento.

As Partes desejam estabelecer a forma, extensão e demais regras no tratamento de dados pessoais que deverão ser observadas pela CONTRATADA, no desempenho das suas atividades em favor da CONTRATANTE.

1. DEFINIÇÕES

1.1. Para os fins deste Acordo:

1.1.1. "ANPD" é órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD e demais leis de proteção de dados no Brasil;

1.1.2. "Brasil" significa a República Federativa do Brasil;

1.1.3. "Controlador" significa a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais;

1.1.4. "Dados Pessoais" significam quaisquer dados ou informações relacionadas a uma pessoa natural identificada ou identificável, assim como dados pessoais sensíveis, conforme definidos na LGPD;

1.1.5. "Incidente" significa um acesso não autorizado e situação acidental ou ilícita de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de Tratamento inadequado ou ilícito;

1.1.6. "LGPD" significa a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018);

1.1.7. "Operador" significa pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o Tratamento de Dados Pessoais em nome do Controlador;

1.1.8. "SubOperadora" significa qualquer entidade CONTRATANTE pela CONTRATADA que concorde em receber, da CONTRATADA, os Dados Pessoais exclusivamente destinados para atividades de Tratamento permitidas em conformidade com as instruções deste Acordo;

1.1.9. "Titular" é a pessoa natural a quem se referem os Dados Pessoais que são objetos de Tratamento;

1.1.10. "Tratamento" significa toda e qualquer operação realizada com Dados Pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

2. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

2.1. As Partes reconhecem que a CONTRATADA realizará o Tratamento de Dados Pessoais no contexto do Convênio. Nestas atividades de Tratamento, as Partes reconhecem e acordam que a CONTRATADA é o Controlador dos Dados Pessoais, enquanto a CONTRATANTE é o Operador dos Dados Pessoais, conforme detalhado ao longo do presente Contrato.

2.2. A CONTRATADA tratará os Dados Pessoais exclusivamente em nome e sob as instruções lícitas da CONTRATANTE nos termos deste Acordo ou para cumprir com a legislação aplicável.

2.2.1. A CONTRATADA garante que o Tratamento dos Dados Pessoais pela CONTRATANTE de acordo com as instruções da CONTRATANTE não fará com que a CONTRATANTE viole qualquer lei ou regulamento, incluindo, sem limitação, a LGPD.

2.2.2. A CONTRATADA irá cessar o Tratamento dos Dados Pessoais e notificará imediatamente a CONTRATANTE por escrito, a menos que seja proibido de fazê-lo, se tomar conhecimento ou acreditar que qualquer instrução ou Dado Pessoal tratado viola a LGPD ou qualquer outra lei ou regulamento aplicável.

2.3. A CONTRATADA tratará os Dados Pessoais necessários para a execução do Contrato/Convênio Principal.

2.4. A CONTRATADA tratará os Dados Pessoais em conformidade com este Acordo e para:

2.4.1. Cumprir o objeto do Contrato/Convênio, de acordo com as especificações e limitações ali previstas;

2.4.2. Atender a quaisquer outras instruções ou solicitações enviadas pela CONTRATANTE (por exemplo, por e-mail ou notificação) que sejam consistentes com os termos do presente Acordo e do Convênio/Contrato.

2.4.3. Cumprimento de qualquer lei ou regulamento aplicável.

3. OBRIGAÇÕES COMUNS

3.1. Cada uma das Partes concorda e garante que será individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e de eventuais regulamentações emitidas posteriormente pela ANPD.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A CONTRATADA concorda e garante o seguinte:

4.1.1. Que os Dados Pessoais compartilhados, transferidos ou de qualquer forma disponibilizados para acesso e utilização por parte da CONTRATANTE, de acordo com este

Acordo, foram coletados, transferidos e de qualquer forma tratados de acordo com as leis de privacidade e proteção de dados aplicáveis no Brasil;

4.1.2. Conforme aplicável, dispõe de uma base legal apropriada para fins da coleta dos Dados Pessoais e posterior Tratamento pela CONTRATADA;

4.1.3. Forneceu todas as informações/avisos necessários aos Titulares a respeito das características relevantes do Tratamento e do seu compartilhamento com a CONTRATANTE;

4.1.4. É capaz de cumprir com os direitos dos Titulares garantidos pela LGPD;

4.1.5. Cumpre com todos os princípios para Tratamento de Dados Pessoais estabelecidos pela LGPD, o que significa, dentre outros aspectos, que a CONTRATADA apenas compartilhará, transferirá ou de qualquer outra forma disponibilizará para acesso da CONTRATANTE, Dados Pessoais que são (i) atualizados e exatos; e (ii) pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do Tratamento;

4.1.6. Comunicará a ANPD conforme os requisitos da LGPD em caso de Incidente;

4.1.7. Será responsável por cumprir todas as leis aplicáveis a quaisquer e-mails ou outro conteúdo criado, enviado ou gerenciado através da CONTRATADA.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. A CONTRATANTE concorda e garante o seguinte:

5.1.1. Realizará o Tratamento dos Dados Pessoais nos limites e para as finalidades permitidas por este Acordo e pelo Convênio/Contrato.

5.1.2. Notificará a CONTRATADA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, por escrito, sobre:

5.1.2.1. Quaisquer pedidos de um Titular em relação aos seus Dados Pessoais, incluindo, mas não se limitando a pedidos de acesso e/ou retificação, solicitações de exclusão, e outros pedidos semelhantes, sendo que a CONTRATANTE não responderá a tais pedidos, a menos que expressamente autorizado a fazê-lo pela CONTRATADA.

5.1.2.2. Qualquer reclamação relacionada ao Tratamento de Dados Pessoais, incluindo alegações de que o Tratamento viola os direitos de Titular;

5.1.2.3. Qualquer Incidente relacionado aos Dados Pessoais objeto deste Convênio/Contrato; ou

5.1.2.4. Qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo a ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao Tratamento de Dados Pessoais objeto deste Acordo.

5.1.3. Irá cooperar com a CONTRATADA com relação às ações tomadas a partir da notificação descrita na Cláusula 5.1.2 acima, e atenderá, dentro dos limites técnicos razoáveis, às solicitações da CONTRATADA com relação ao atendimento a referidas reivindicações, provendo as informações solicitadas no menor prazo possível;

5.1.4. Mantém os Dados Pessoais no mais absoluto sigilo e exige dos seus colaboradores, que de qualquer forma tratem os Dados Pessoais, a observância dessas obrigações;

5.1.5. Limita o acesso aos Dados Pessoais ao número mínimo de colaboradores que tenham necessidade de acessar referidas informações para fins de cumprir com suas obrigações junto à CONTRATADA;

5.1.6. Compromete-se em manter um programa de segurança de dados, que contemple medidas adequadas do ponto de vista técnico, físico e de governança, que tenha por objetivo proteger os Dados Pessoais contra Incidentes, bem como garantir que essas medidas assegurem um nível de segurança condizente com os riscos apresentados pelo Tratamento, a

natureza dos Dados Pessoais e as tecnologias de segurança disponíveis e razoavelmente aplicadas no setor de atuação das Partes;

5.1.7. Cooperará com a CONTRATADA em caso de qualquer Incidente, devendo:

5.1.7.1. Adotará todas medidas necessárias e razoáveis para remediar qualquer Incidente envolvendo os Dados Pessoais objeto deste Acordo e minimizar possíveis efeitos negativos aos Titulares;

5.1.7.2. Prover a CONTRATADA com todas as informações necessárias à apuração do ocorrido;

5.1.7.3. Abster-se de realizar qualquer comunicação a ANPD, autoridades públicas brasileiras, aos Titulares ou terceiros, sem a prévia e expressa concordância da CONTRATADA, que deverá controlar a redação final dessas comunicações e quem deverá realizá-las, observadas as disposições da LGPD.

5.1.8. Compromete-se a cumprir com os requisitos da LGPD sempre que for realizar a transferência de Dados Pessoais para fora do território brasileiro e/ou para qualquer terceiro;

5.1.9. Mediante solicitação da CONTRATADA, a CONTRATANTE se compromete a franquear o acesso a documentos e registros razoavelmente necessários para fins de verificação das obrigações previstas nesta Cláusula.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. As Partes concordam que o(s) Titular(es) dos dados que venha(m) a sofrer um dano decorrente do descumprimento das obrigações previstas neste Acordo poderá(ão) ter o direito de receber uma indenização pelos danos sofridos.

6.2. Cada Parte será responsável perante a outra Parte ("Parte Prejudicada") por quaisquer danos causados em decorrência:

a) da violação de suas obrigações no âmbito deste Acordo ou;

b) da violação de qualquer direito dos Titulares de Dados, devendo ressarcir a Parte Prejudicada por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários de advogados e custas processuais efetivamente incorridos ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação.

6.2.1. Para fins do disposto nesta Cláusula, caso a Parte Prejudicada receba qualquer reivindicação que deva ser indenizada pela outra Parte, ela deverá:

a) notificar a Parte responsável, conforme Cláusula 5.1.2;

b) conceder à Parte responsável controle exclusivo sobre a demanda;

c) abster de praticar qualquer ato ou assinar qualquer acordo, sem a prévia anuência da Parte responsável.

6.2.2. A Parte responsável poderá escolher assessores legais da sua confiança, devendo arcar com todos os custos, despesas e honorários para a defesa da Parte demandada, sem prejuízo da Parte Prejudicada, a seu critério e expensas, contratar assessor próprio.

6.3. Fica certo e ajustado que nenhuma cláusula de limitação de responsabilidade que tenha sido pactuada entre as Partes em outros contratos poderá ser invocada, no sentido de limitar o dever de indenização previsto neste Acordo.

7. AUDITORIA

7.1. A CONTRATANTE se compromete a fornecer à CONTRATADA toda a informação razoavelmente necessária para demonstrar conformidade com este Acordo.

CONTRATO 006/2025

Página 24 de 26

Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – CEP: 30.160-919 – Belo Horizonte/MG

+55 31| 3246.7044

contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79

7.2. A CONTRATANTE permitirá que a CONTRATADA realize eventual auditoria anual para verificar a conformidade com este Acordo, mediante notificação prévia e por escrito, sendo a CONTRATADA responsável por todos os custos de auditoria. Dentro de 2 (duas) semanas após a conclusão da auditoria, a CONTRATADA deve fornecer à CONTRATANTE uma cópia do relatório de auditoria, a qual será considerada confidencial, podendo a CONTRATANTE compartilhá-la somente com seus assessores legais.

7.3. A CONTRATANTE se compromete a tomar todas as medidas para garantir que quaisquer vulnerabilidades de sistema, processos, governança e outros apontados no relatório de auditoria sejam tratados adequadamente.

8. PRAZO E RESCISÃO

8.1. O prazo do presente Acordo está vinculado ao prazo do Convênio/Contrato Principal.

8.2. Após o término deste Acordo, a CONTRATADA poderá requerer cópia dos Dados Pessoais que estejam nos sistemas e em posse da CONTRATANTE, pelo prazo de 30 (trinta) dias após o término do Convênio/Contrato.

8.3. Após esse período, caso a CONTRATADA não se manifeste, a CONTRATANTE realizará a eliminação, em definitivo de seu sistema, de qualquer registro dos Dados Pessoais, exceto na medida em que o seu armazenamento pela CONTRATANTE seja exigido pela legislação aplicável. Na medida permitida pela legislação aplicável, nos casos de Dados Pessoais arquivados em sistemas de backup que são mantidos de forma isolada e inalterável para garantia da segurança do sistema, a CONTRATANTE irá lidar com a exclusão dos Dados Pessoais de acordo com as políticas de exclusão e gestão de backup.

8.4. Caso a CONTRATANTE requeira a cópia dos Dados Pessoais, no momento que a CONTRATADA terminar a devolução, a CONTRATANTE deverá assinar um termo de aceite reconhecendo que a devolução ocorreu nos termos do Contrato e que a CONTRATADA não possui qualquer obrigação adicional em relação a isso. A não assinatura do referido termo e ausência de manifestação, por parte da CONTRATANTE, no prazo de 20 (vinte) dias a contar do fim da devolução representará a aceitação tácita da CONTRATANTE, a partir da qual a CONTRATADA poderá realizar a eliminação, em definitivo de seu sistema, de qualquer registro ou cópia dos Dados Pessoais, exceto na medida em que o seu armazenamento pela CONTRATADA seja exigido pela legislação aplicável.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Este Acordo constitui doravante o meio apropriado para regular o Tratamento de Dados Pessoais e substitui todos previamente celebrados entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE para esta finalidade, se houver.

9.2. Nenhuma das Partes poderá, sem o prévio consentimento escrito da outra Parte, delegar, transferir, cobrar ou tratar de outra maneira este Convênio/Contrato ou qualquer dos direitos relacionados a ele.

9.3. Este Acordo será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e as Partes submetem-se à jurisdição exclusiva dos tribunais da cidade de Belo Horizonte MG, estado de Minas Gerais, para dirimir todas as dúvidas que possam surgir a partir de qualquer das cláusulas deste Contrato, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO IV - TR DE REFERÊNCIA INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO

